

Integrantes da comissão de privatização podem ser submetidos ao Senado

por Marta Salomon
de Brasília

O Senado poderá votar nesta segunda-feira os nomes dos integrantes da Comissão Diretora do Programa de Privatização. As assinaturas necessárias para a votação do projeto em regime de urgência urgentíssima foram reunidas pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Sem a aprovação pelo Senado, a comissão não pode ser nomeada, atrasando o início efetivo da venda das empresas estatais pelo governo federal.

"Esta lista é blindada, à prova de balas", disse Marco Maciel. Principal aliado do governo no Senado, ele foi obrigado a recolher assinaturas para um segundo pedido de urgência. O primeiro pedido, apresentado na última sexta-feira, continha assinaturas de parlamentares da oposição, que desistiram da votação urgente. "Essa lista agora é quente, ninguém vai retirar a assi-

natura na hora", garante Maciel. "Tenho 53 assinaturas", informou.

O requerimento de votação urgente da comissão de privatização será apresentado logo após a votação da lei salarial pelo Senado. Até a noite da última sexta-feira, nenhum outro projeto de lei tinha reunido as assinaturas necessárias — dois terços dos senadores — para ser votado antes do recesso parlamentar. O recesso começa assim que o Congresso votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Caso não se concretize a aprovação pelo Senado dos nomes indicados pelo presidente Fernando Collor de Mello, o início do programa de privatizações poderá ser adiado. A previsão inicial do governo é começar a vender as estatais em agosto. Caberá à comissão diretora indicar as empresas que serão privatizadas e determinar as condições para a venda, além de coordenar e fiscalizar todo o programa.